(Tradução)

Interpelação Escrita

Nos últimos anos, registaram-se vários incidentes de segurança alimentar, e têm sido vários os meios utilizados na prática de irregularidades ou ilegalidades, por isso, a sociedade tem prestado cada vez mais atenção aos problemas de segurança alimentar. Para além disso, os consumidores só conseguem aceder às informações sobre segurança alimentar através das notícias divulgadas pelos média ou pelas autoridades, portanto, a divulgação de informações assume especial importância.

Neste momento, o Centro de Segurança Alimentar do IACM continua a efectuar vigilâncias de rotina, sazonal e específica dos géneros alimentícios, para avaliar os riscos e as condições de higiene dos produtos alimentares à venda no mercado. Contudo, no caso dos resultados da vigilância de rotina, normalmente, são apenas divulgados os números e os tipos de alimentos, não sendo divulgadas informações sobre as lojas que vendem as amostras de comida com problemas nem sobre se todas as amostras são da mesma loja, etc., que são as questões que mais preocupam a população. Mais, segundo muitos cidadãos, quando um estabelecimento de comidas ou uma loja de *take away* está envolvida num incidente alimentar, as autoridades às vezes divulgam o nome, mas outras vezes só divulgam o local onde se encontra a loja e o tipo de comida com problemas envolvida, portanto, questiona-se: porquê estas diferenças na divulgação? Muitos cidadãos estão preocupados com a possibilidade de comprarem comida com problemas, por

não saberem quais são as lojas envolvidas.

Por outro lado, com o crescente desenvolvimento do comércio electrónico, comprar comida pela internet já se transformou num hábito. No entanto, como alguns vendedores da internet não dispõem de lojas físicas, os consumidores não sabem nada sobre a origem das comidas, ingredientes alimentares, processo de produção, nem sequer sobre o local de produção e as respectivas condições de higiene. Assim, caso ocorra algum incidente de segurança alimentar, é difícil proceder ao respectivo acompanhamento e à aplicação da lei. Em 2016, o Centro de Segurança Alimentar lançou o Plano de registo para o sector alimentar, para incentivar o registo das lojas online, das lojas intermediárias de aquisição de produtos alimentares e das lojas de *take away*, em prol da criação de um regime sistemático para o rastreio e gestão dos produtos alimentícios. Porém, como esse registo é voluntário e não existe regulamentação sobre compras online, muitos cidadãos questionam como é que as autoridades podem efectuar uma inspecção e gestão eficaz desse tipo de compras. Caso ocorra algum incidente envolvendo lojas não registadas, como é que podem proceder à retirada dos produtos em causa? Como é que os residentes podem obter as informações respectivas?

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No tratamento de incidentes de segurança alimentar, em que critérios se baseiam as autoridades para determinar a divulgação ou não das informações concretas sobre os estabelecimentos de comidas ou lojas de

take away? Quanto aos resultados dos testes, as autoridades devem divulgar as informações sobre toda a cadeia de fornecimento da comida com problemas, no sentido de aumentar a transparência das informações e de reforçar a fiscalização pública. Vão fazê-lo?

2. O Plano de registo para o sector alimentar foi lançado há dois anos. Quais foram os resultados alcançados? Como é que as autoridades incentivam a participação das lojas e dos residentes nesse Plano? Apesar do registo ser voluntário, as autoridades devem obrigar as lojas online a efectuar o respectivo registo com o seu nome real. Vão legislar sobre esta matéria?
3. Neste momento, quando recebem a notificação sobre um incidente de segurança alimentar, as autoridades, normalmente, retiram os produtos envolvidos, mas isso só se aplica aos alimentos que têm local de origem identificado e que entram no mercado através de agentes distribuidores, portanto, no caso dos produtos comprados online, o respectivo acompanhamento é difícil. Então, como é que as autoridades vão colmatar essas lacunas na regulamentação e na fiscalização?

6 de Abril de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ho Ion Sang